



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo administrativo: N° 018/2026

Protocolo: N° 047/2026

1. DAS DEFINIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/2021).

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de pintura interna, compreendendo a preparação de superfícies, correção de imperfeições, aplicação de massa corrida e/ou massa acrílica, instalação de fita telada, lixamento, aplicação de selador e pintura com tinta semibrilho nas cores cinza e palha, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.

Para fins de dimensionamento da contratação, estima-se a execução dos seguintes quantitativos:

Item	Especificação	Esp.	Quant.	Média Un.	Média Tot.
01	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA INTERNA, INCLUINDO PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES, CORREÇÃO DE IMPERFEIÇÕES, APLICAÇÃO DE MASSA CORRIDA/ACRÍLICA, INSTALAÇÃO DE FITA TELADA, LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE SELADOR E PINTURA COM TINTA SEMIBRILHO NAS CORES CINZA E PALHA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONTEMPLANDO APROXIMADAMENTE 300 M² DE PINTURA, 45 M² DE MASSA CORRIDA/ACRÍLICA E 100 METROS DE FITA TELADA.	SERV	01	R\$ 20.000,00	R\$20.000,00

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, observando-se critérios de qualidade, segurança e acabamento adequados, de forma a garantir a plena funcionalidade e durabilidade dos serviços realizados.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de execução de serviços especializados de pintura interna, incluindo a preparação e recuperação de superfícies, correção de imperfeições, aplicação de massa corrida e/ou massa acrílica, instalação de fita telada, lixamento, aplicação de selador e pintura final, com o objetivo de promover a adequada conservação, manutenção e valorização dos ambientes utilizados pela Administração Pública.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

A manutenção predial constitui atividade essencial para garantir a preservação das edificações públicas, assegurando condições adequadas de uso, segurança, funcionalidade, conforto e salubridade aos servidores, colaboradores, agentes públicos e cidadãos que utilizam diariamente os espaços institucionais. Com o decorrer do tempo, é natural que as superfícies internas sofram desgastes provocados pela ação do tempo, pela umidade, pela movimentação estrutural da edificação, pela incidência de agentes físicos e pelo uso contínuo dos ambientes, ocasionando o aparecimento de fissuras, rachaduras superficiais, descascamentos, manchas, descoloração da pintura, irregularidades nas paredes e demais imperfeições que comprometem tanto a estética quanto a conservação do imóvel. Cabe destacar que, no exercício de 2024, a Câmara Municipal passou por intervenções e adequações em suas instalações elétricas internas, ocasião em que foi necessária a abertura de trechos das paredes para passagem de eletrodutos, cabos e demais componentes da infraestrutura elétrica. Após a conclusão dos serviços, embora tenham sido realizados os reparos necessários, permaneceram diferenças de acabamento, marcas de correção, irregularidades superficiais e resíduos de cimento em alguns pontos das paredes, comprometendo a uniformidade estética dos ambientes. Dessa forma, a presente contratação também se justifica pela necessidade de promover a adequada recuperação dessas áreas, proporcionando acabamento homogêneo, melhor aspecto visual e padronização das superfícies internas da edificação.

A pintura possui papel fundamental na preservação das edificações, indo muito além da simples finalidade estética. Quando executada de forma adequada, constitui importante elemento de proteção das superfícies, contribuindo para a redução dos efeitos provocados pela umidade, poeira, sujeira e demais agentes que aceleram o processo de deterioração dos revestimentos. A ausência de manutenção periódica pode ocasionar o agravamento dos danos existentes, aumentando os custos futuros de recuperação e comprometendo a vida útil dos componentes da edificação.

Nesse sentido, a execução dos serviços de preparação das superfícies mostra-se indispensável para garantir a qualidade e a durabilidade da pintura. A correção de imperfeições por meio da aplicação de massa corrida e/ou massa acrílica possibilita a regularização das paredes, proporcionando acabamento uniforme e adequado. Da mesma forma, a utilização de fita telada nos locais necessários tem a finalidade de reforçar áreas com fissuras e trincas superficiais, reduzindo significativamente a possibilidade de reaparecimento dessas patologias após a conclusão dos serviços.

A aplicação de selador constitui etapa essencial do processo, uma vez que promove a uniformização da absorção das superfícies, melhora a aderência da tinta e contribui para a obtenção de acabamento de melhor qualidade. Já a pintura final com tinta semibrilho proporcionará maior resistência, facilidade de limpeza, melhor aspecto visual e maior durabilidade em comparação a pinturas executadas sem a adequada preparação das superfícies.

Além da necessidade de conservação física do imóvel, a contratação encontra justificativa na busca pela melhoria das condições de trabalho e atendimento oferecidas pela Administração. Ambientes adequadamente conservados, limpos, organizados e visualmente agradáveis contribuem para o bem-estar dos servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos, favorecendo a produtividade, a organização dos espaços e a qualidade das atividades desenvolvidas.

É importante destacar que os imóveis públicos constituem patrimônio pertencente à coletividade, cabendo à Administração adotar todas as medidas necessárias para sua preservação e adequada manutenção. A realização dos serviços de pintura representa ação preventiva de conservação patrimonial, destinada a evitar a deterioração precoce das estruturas e revestimentos, promovendo maior vida útil aos bens públicos e reduzindo a necessidade de futuras intervenções corretivas mais complexas e onerosas.

Sob o aspecto da economicidade, a contratação mostra-se plenamente vantajosa para a Administração Pública. A adoção de medidas preventivas de manutenção, como a execução periódica de serviços de pintura e recuperação de superfícies, reduz significativamente os custos associados a reformas estruturais futuras. A negligência na manutenção predial tende a gerar deteriorações progressivas que demandam investimentos muito superiores para sua correção, situação que contraria os princípios da



boa gestão dos recursos públicos.

A contratação também está alinhada ao princípio da eficiência administrativa, previsto no artigo 37 da Constituição Federal e reforçado pela Lei nº 14.133/2021, uma vez que busca assegurar a adequada conservação do patrimônio público mediante a adoção de soluções que proporcionem maior durabilidade, funcionalidade e qualidade aos ambientes institucionais. Trata-se de medida necessária para garantir que as instalações permaneçam aptas ao pleno desenvolvimento das atividades administrativas e ao adequado atendimento da população.

Ademais, a execução dos serviços requer conhecimentos técnicos específicos, utilização de equipamentos apropriados, observância de procedimentos adequados de preparação e acabamento, bem como o emprego de materiais compatíveis com as características das superfícies a serem tratadas. A Administração não dispõe, em sua estrutura organizacional, de equipe técnica especializada, materiais, equipamentos e ferramentas suficientes para a realização direta dos serviços, tornando necessária a contratação de empresa especializada que possua capacidade técnica e operacional para executar o objeto com qualidade, segurança e observância das normas técnicas aplicáveis.

A contratação pretendida também visa assegurar a padronização dos ambientes internos, proporcionando uniformidade visual, melhor acabamento e valorização das instalações públicas. A utilização das cores definidas pela Administração contribuirá para a harmonização dos espaços e para a manutenção da identidade visual institucional, fortalecendo a imagem de organização, zelo e responsabilidade na gestão dos bens públicos.

Diante de todo o exposto, resta evidenciada a necessidade da presente contratação, considerando a importância da manutenção preventiva e corretiva das superfícies internas, a preservação do patrimônio público, a melhoria das condições de trabalho e atendimento, a promoção da economicidade na aplicação dos recursos públicos, a prevenção de danos futuros e a inexistência de meios próprios suficientes para a execução dos serviços. Assim, a contratação revela-se medida indispensável, adequada e plenamente compatível com o interesse público, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e boa gestão administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação será realizada por meio de **Dispensa de Licitação, na forma eletrônica** o critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**, considerando a execução integral do objeto, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a possibilidade de contratação direta para outros serviços e compras de valor inferior ao limite legal estabelecido. In verbis:

Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021:

“Para contratação que envolva valores inferiores aos limites estabelecidos em regulamento para outros serviços e compras.”

A adoção da **dispensa eletrônica** observa os princípios da administração pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como assegura maior transparência, competitividade e economicidade ao procedimento, mediante a utilização de sistema eletrônico oficial para recebimento de propostas e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.



4. DA COMPROVAÇÃO DO PREÇO PRATICADO

Conforme verificação do preço praticado através de pesquisa de mercado, estima-se para contratação almejada o valor aproximado de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**. O valor a ser pago pela contratação de empresa especializada para execução dos serviços será conforme média apurada na pesquisa de preços e Estudo Técnico Preliminar.

“FORAM COLETADOS 03 (TRÊS) PROPOSTAS COMERCIAIS DE EMPRESAS ATUANTES NO RAMO”.

5. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada deverá concluir integralmente a execução do objeto no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e entregues devidamente concluídos, limpos e aptos ao recebimento pela Administração dentro do prazo estabelecido. Eventual necessidade de prorrogação do prazo deverá ser devidamente justificada pela contratada e previamente autorizada pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

A contratada deverá garantir a qualidade e a perfeita execução dos serviços prestados pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração. Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a corrigir, refazer ou reparar, às suas expensas, quaisquer defeitos, falhas, vícios de execução, descascamentos, bolhas, fissuras decorrentes da execução dos serviços ou quaisquer irregularidades verificadas pela Administração, sem ônus adicional para a Contratante.

A garantia não abrange danos decorrentes de uso inadequado, intervenções realizadas por terceiros, eventos da natureza ou situações que não possuam relação com a execução dos serviços contratados. A constatação de defeitos durante o prazo de garantia será formalmente comunicada à contratada, que deverá iniciar as providências necessárias para sua correção em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

7. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação decorrente deste procedimento será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a qual substituirá o instrumento contratual para todos os efeitos legais, vinculando a contratada às condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada e demais documentos que integram o processo administrativo.

8. DA HABILITAÇÃO E CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO



➤ **Da Habilitação**

Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar a documentação exigida nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo, no que couber:

➤ **Habilitação Jurídica**

Registro comercial, no caso de empresário individual;
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações contratuais ou da consolidação respectiva;
Documentação de eleição dos administradores, quando aplicável;
Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

➤ **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

➤ **Qualificação Técnica**

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com os serviços de pintura e manutenção predial objeto da contratação.

➤ **Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida dentro do prazo de validade.

➤ **Das Condições para o Pagamento**

O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços e o recebimento definitivo do objeto pela Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal da contratação, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

O pagamento ficará condicionado à verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que integram a contratação. Após a apresentação da documentação exigida e o devido atesto da execução dos serviços, o pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária em favor da contratada, em conta corrente por ela indicada.

Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento será suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se a contagem após a regularização da situação.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, fiscal, trabalhista ou contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

indenização de qualquer natureza.
A Administração poderá realizar as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Seringueiras-RO, conforme descrições abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

MANUTENÇÕES DAS ATIVIDADES DA CÂMARA FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:

01.031.002.001

PROJETO DE ATIVIDADE: 2001

OBRAS E INSTALAÇÕES: 4.4.90.51.00.00.

10. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ao qual competirá verificar o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos que integram a contratação.

Para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, o fiscal será designado por meio de Portaria específica, cabendo-lhe acompanhar a execução dos serviços, registrar ocorrências, solicitar correções quando necessárias e atestar o recebimento do objeto, observadas as disposições legais aplicáveis.

A fiscalização terá poderes para exigir da contratada o cumprimento integral das obrigações assumidas, bem como determinar a correção, substituição ou refazimento de qualquer serviço executado em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou condições estabelecidas neste Termo de Referência. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, tampouco por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão, dolo ou culpa, durante a execução dos serviços. O recebimento dos serviços pela fiscalização não implica aceitação definitiva de eventuais vícios, defeitos ou irregularidades posteriormente identificados, permanecendo a contratada responsável pelas correções necessárias durante o prazo de garantia.

Telefone: (69) 2018-0241.

E-mail: cmseringueiras@hotmail.com.

11. ORIENTAÇÕES GERAIS

A contratada deverá observar integralmente a legislação vigente, as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, as disposições relativas à segurança e medicina do trabalho, bem como todas as exigências dos órgãos de fiscalização competentes. Será de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, equipamentos de proteção individual – EPI's, equipamentos de proteção coletiva – EPC's e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

A contratada responderá integralmente por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços, bem como por danos causados ao patrimônio público, a servidores, usuários ou terceiros, decorrentes de sua atuação ou de seus empregados.

Os serviços deverão ser executados observando-se rigorosamente as boas práticas da construção civil, as recomendações dos fabricantes dos materiais utilizados e as especificações constantes neste Termo de Referência.

Caso sejam identificados serviços executados em desacordo com os padrões de qualidade exigidos, a Administração poderá determinar sua correção ou refazimento, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

A contratada deverá manter o local dos serviços limpo e organizado durante toda a execução dos serviços, realizando a remoção de resíduos, embalagens, sobras de materiais e demais detritos gerados pela execução do objeto.

Os serviços deverão ser executados de forma a minimizar interferências nas atividades administrativas da Câmara Municipal, adotando-se todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos usuários e a preservação das instalações existentes.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, constituem obrigações da contratada:

- I – Executar os serviços de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, observando as normas técnicas aplicáveis;
- II – Fornecer toda a mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução do objeto;
- III – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços que apresentarem defeitos, vícios ou incorreções;
- IV – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução dos serviços;
- V – Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- VI – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços;
- VII – Cumprir as normas de segurança do trabalho e fornecer os equipamentos de proteção necessários aos seus empregados;
- VIII – Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer situação que possa comprometer a execução dos serviços;
- IX – Refazer, sem ônus para a Administração, os serviços rejeitados pela fiscalização;
- X – Responsabilizar-se pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados durante a execução dos serviços.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021 são obrigações da contratante:

- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste termo de referência.
- Notificar a contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

- Aplicar as sanções administrativas cabíveis pertinentes, em caso de inadimplemento.
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços prestados pela Contratada mediante a apresentação da nota fiscal.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Qualquer alteração no presente termo de referência, que se fizerem necessárias, deverá ser feita através de uma justificativa na Câmara Municipal Seringueiras/RO.

Seringueiras/RO, 15 de Junho de 2026.

Elaborado por:

CAROLINE VITÓRIA PEREIRA DOS SANTOS

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Portaria N° 071/2025

Visto/autorizado por:

JULIANE CRESTANI

Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras/RO

Biênio 2025/2026

